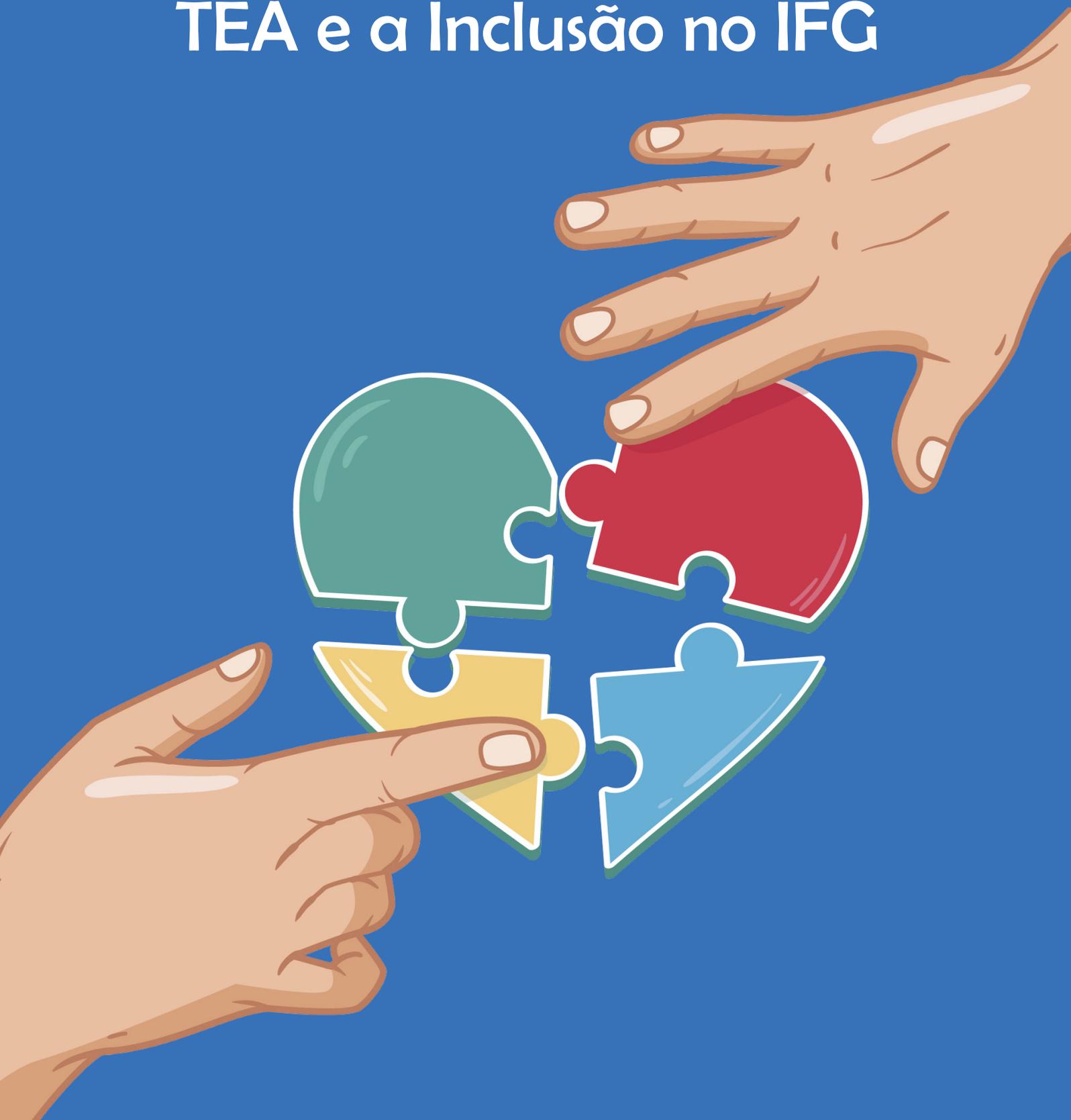


Cartilha informativa de apoio a comunidade escolar:

Transtorno do Espectro Autista TEA e a Inclusão no IFG





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MAGALHÃES, Maria Helena Pereira

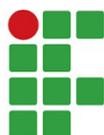
M188t Transtorno do espectro autista: TEA e a inclusão no IFG / Maria Helena Pereira Magalhães; Dayanna Pereira dos Santos – – Anápolis: IFG, 2021.
17 p. : il. color.

Produto Técnico/Tecnológico (Mestrado) – IFG – Câmpus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2021.

1. Transtorno de espectro autista. 2. Estudantes - inclusão. 3. Instituto Federal de Goiás (IFG). I. SANTOS, Dayanna Pereira dos. II. Título.

CDD 370.7

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiás

Câmpus
Anápolis

MARIA HELENA PEREIRA MAGALHÃES
DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS (orientadora)

**CARTILHA INFORMATIVA DE APOIO À COMUNIDADE ESCOLAR:
Transtorno do Espectro Autista – TEA e a Inclusão no IFG**

Anápolis

2021

FICHA TÉCNICA

Programa de pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás IFG Câmpus Anápolis

Mestrado Profissional em Educação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Coordenação Acadêmica do ProfEPT do IFG

Wanderley Azevedo de Brito

Produto Educacional resultante dos estudos produzidos na Dissertação de Mestrado Profissional, intitulada **“Inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista: uma análise a partir dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás”**, elaborada por Maria Helena Pereira Magalhães, sob orientação da Prof (a) Dr (a) Dayanna Pereira dos Santos

Título do Produto Educacional: **CARTILHA INFORMATIVA DE APOIO À COMUNIDADE ESCOLAR: Transtorno do Espectro Autista – TEA e a Inclusão no IFG**

Autores do Produto Educacional: **Maria Helena Pereira Magalhães e Dayanna Pereira dos Santos**

Categoria do Produto Educacional: Material Textual E-book

Modalidade do Produto Educacional: Guia

Projeto Gráfico: Priscila Pimentel

Palavras Chaves: **Inclusão; Transtorno do Espectro Autista; IFG.**



Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal
CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: <u>Guia</u> | |

Nome Completo da Autora: Maria Helena Pereira Magalhães

Matrícula: 20192060150200

Título do Trabalho: Cartilha Informativa de Apoio à Comunidade Escolar: Transtorno do Espectro Autista-TEA e a Inclusão no IFG.

Autorização - Marque uma das opções

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/___ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

_____ Anápolis _____, 04 / 11 / 2021 _____
Local Data

Maria Helena Pereira Magalhães
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



SUMÁRIO

1 Apresentação	6
2 O que é o Transtorno do Espectro Autista?	7
2.1 Um pouco da história do Autismo	7
2.2 Diagnóstico: TEA, como identificar?	8
2.3 Sinais e sintomas	9
2.4 As intervenções: descobrindo novas possibilidades	9
3 Inclusão e TEA: legislação	10
3.1 A inclusão no IFG: o papel do NAPNE	12
3.2 Atribuições e competências do NAPNE	13
3.3 Dicas para eliminar barreiras atitudinais na convivência com pessoas com TEA	14
Considerações finais	15
Referências	15



1. Apresentação

A inclusão escolar de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação profissional tem sido alvo de debates no que tange ao atendimento e a uma efetiva inclusão delas nas instituições de ensino regulares. Sendo assim, esta cartilha tem como finalidade apresentar as principais informações acerca do TEA e servir de material de apoio para auxiliar a comunidade escolar no desenvolvimento de práticas inclusivas. Então, o material apresenta-se com esta organização: Parte 1 - Informações referentes ao histórico do Transtorno do Espectro Autista; Parte 2 - Informações sobre diagnóstico e tratamentos; Parte 3 - Principais leis e orientações que regulamentam os direitos das pessoas com TEA e o papel do Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias de Goiás- IFG.

Esta cartilha será disponibilizada na forma digital para os câmpus do IFG com o intuito de auxiliar docentes, técnicos e os discentes sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com TEA no IFG. As informações apresentadas podem diminuir barreiras que envolvem processos excludentes.

2. O que é Transtorno do Espectro Autista?



De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, edição de 2013, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento complexo caracterizado por déficits na comunicação oral e em habilidades para desenvolver e compreender relacionamentos sociais. A esse respeito, Orrú (2012) esclarece que o autismo é uma palavra de origem grega (*autós*), que significa por si mesmo. Esse termo é adotado no campo da psiquiatria para assinalar comportamentos humanos que se concentram em si mesmos, retrocedidos para o próprio sujeito.

2.1 Um pouco sobre a história do Autismo



O que popularmente recebe o nome de autismo tem uma longa história de classificações e reformulações. O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra Eugen Bleuler. Na época, a referida expressão nomeava uma das peculiaridades das pessoas com esquizofrenia, o retraimento ou a separação da realidade, valorizando excessivamente a vida interior. Alguns anos depois, em 1943, Leo Kanner, psiquiatra infantil austríaco, realizou a primeira descrição do autismo a partir da observação de um grupo de onze crianças. Assim, em 1980, a classificação foi reconhecida oficialmente pela Associação Americana de Psiquiatria, quando foi agregada ao DSM-III, não mais vinculando-se à rubrica da psicose. Com efeito, na Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), autismo e Asperger, distintos, compõem a categoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, fixados no código F 84.

Posteriormente, surge no campo dos pesquisadores sobre este tema, em 1970, outro nome importante, o de Lorna Wing. Psiquiatra inglesa e mãe de uma menina com autismo, Wing realizou diversos estudos na área e descobriu que as crianças com autismo apresentavam

uma “tríade de sintomas: alterações na sociabilidade, comunicação/linguagem e padrão alterado de comportamentos” (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 161).

Com as descobertas científicas atuais, o TEA passa a ser visto como uma síndrome e não mais como uma doença. Síndrome caracterizada por uma tríade de sintomas que prejudica a socialização, a linguagem e o comportamento, podendo variar no grau de intensidade em cada pessoa.

2.2 Diagnóstico: TEA, como identificar?



A Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) afirma que o TEA tem origem nos primeiros anos de vida e costuma ser percebido em crianças muito pequenas, havendo, desde bebê, atrasos relacionados ao comportamento social, não adquirindo postura antecipatória, e ainda indiferença ao afeto. Contudo, sua apresentação não é uniforme, identificando-se também o início normal do desenvolvimento e posterior interrupção, entre os 12 e 24 meses, dando origem a uma regressão em habilidades já contraídas, denominado autismo regressivo.

Conforme preconizado nos documentos oficiais em vigor, os critérios para diagnóstico do TEA englobam: (a) prejuízos na comunicação e interação social em múltiplos contextos; (b) manifestação de (pelo menos dois) padrão de comportamento repetitivo e restritivo de interesses ou atividades, como fala ou movimentos estereotipados, inflexibilidade de rotina, padrões ritualísticos, interesses restritos, hiper ou hiporreatividade a estímulos ambientais/sensoriais; (c) presença dos sintomas no início do desenvolvimento da criança; (d) prejuízos significativos no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas, provocados pelos sintomas; (e) os sintomas citados anteriormente não são bem explicados pelo transtorno do desenvolvimento intelectual ou atraso global do desenvolvimento. A autonomia está na base da definição da severidade dos casos, decompostos em três: “(1) exigindo apoio, classificado como ‘leve’; (2) exigindo apoio substancial, designado como ‘moderado’; (3) exigindo apoio muito substancial, qualificado como ‘grave’” (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 118).

Vale lembrar que o diagnóstico médico é clínico e, de acordo com Teixeira (2016), não é assessorado por exames de imagem, mas sim mediante uma avaliação e acompanhamento sistematizado do desenvolvimento da pessoa feito por uma equipe multidisciplinar.

2.3 Sinais e sintomas



As pessoas com autismo poderão apresentar prejuízos tanto na linguagem verbal quanto na não verbal. Podem apresentar ainda dificuldades para compreender expressões faciais, gestos, símbolos e metáforas. Essa repetição é chamada de ecolalia, que pode comparecer como imediata (repetição de frases que acabam de ouvir); tardia (repetição de frases antigas, guardadas na memória). Após um tratamento orientado por um fonoaudiólogo, a ecolalia pode deixar de ser imediata e tardia para se tornar mitigada (durante a emissão poderão ocorrer modificações na fala reproduzida para situações díspares, tendo como finalidade a comunicação, inclusive com alterações no tom de voz e no ritmo da fala). O sujeito com TEA pode também ter padrões repetitivos de comportamento (o movimento repetitivo das mãos ou o balançar do corpo), assim como interesses muito específicos, isto é, demonstrar forte interesse por um objeto ou personagem, bem como gostar de um assunto específico.

No contexto escolar, cabe aos pais e ou responsáveis pelo estudante com TEA a decisão de compartilhamento do diagnóstico com a equipe escolar. Eles podem consentir ou não a menção do diagnóstico em documentos e indicar quais membros da comunidade educacional poderão ter acesso ao mesmo.



2.4 As intervenções: descobrindo novas possibilidades

Embora não existindo tratamento único que possa ser utilizado para/com todas as pessoas com TEA, há vários tipos de intervenções que podem favorecer o processo de desenvolvimento desses sujeitos. Para Orrú (2012), cada pessoa exige acompanhamento individual, de acordo com suas necessidades específicas. Isto é, o objetivo basilar do tratamento para o autismo, independentemente dos tipos de intervenção adotados, é o de promover a melhor adaptação da pessoa com TEA às diferentes particularidades do mundo social. Estimular a aprendizagem nas áreas em que o sujeito apresenta mais dificuldades também constitui uma das finalidades básicas do tratamento.



Devido às particularidades e à complexidade do TEA, nenhuma intervenção sozinha é capaz de oferecer os melhores resultados para a pessoa com autismo. Portanto, o tratamento ideal é aquele que concilia as diferentes formas de intervenção e aproveita o que cada uma delas pode oferecer de positivo.

Por apresentar resultados perceptíveis, a terapia comportamental tem sido muito difundida no tratamento de crianças com autismo. Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 216), “a terapia mais indicada para pessoas com transtorno do desenvolvimento é a terapia comportamental”. Essa forma de terapia envolve a realização de intervenções que auxiliam o sujeito a aproximar suas ações do desenvolvimento típico e a diminuir as reações exacerbadas.

3. Inclusão e TEA: legislação

De quem é a responsabilidade para inclusão de pessoas com TEA no ambiente escolar? Pais, docentes, técnicos, direção, discentes e demais agentes da escola devem assumir essa responsabilidade. A inclusão escolar exige metodologias que podem ser praticadas em um ambiente que contribua para a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. Quando se trata do Transtorno do Espectro Autista (TEA), não é uma realidade diferente. Para tanto, é importante conhecer a legislação acerca da inclusão escolar, pautada, especialmente, pelos documentos a seguir:

Documento / Norma	Ano	Direito resguardado
Constituição Federal	1988	Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394	1996	Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
Indicação CEE n.º 5/98	1998	Educação escolar consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidades de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas, de autonomia, de equilíbrio pessoal, de inter-relação pessoal e de inserção social. Os escolares não aprendem da mesma maneira e nem no mesmo ritmo. O que eles podem aprender em uma determinada fase depende de seu nível de amadurecimento, de seus conhecimentos anteriores, de seu tipo de inteligência, mais verbal, mais lógica ou mais espacial.
Lei n.º 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em vigor desde janeiro de 2016.
Política Nacional de Educação Especial MEC/ SEESP	2008	Define que a Educação Inclusiva deve constituir-se como um paradigma educacional, fundamentada na concepção dos direitos humanos. Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
Decreto Federal n.º 7.611 (artigo 3º).	2011	Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com igualdade, incluindo os níveis mais elevados; oferta de atendimento especializado; a formação de profissionais da Educação Especial para possibilitar a inclusão; buscar a participação da família e da comunidade; estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.
Lei n.º 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	2012	Trata dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, reconhecendo-as como pessoas com deficiências para todos os efeitos legais. Dessa forma, os/as autistas têm assegurado o acesso aos direitos conquistados: nas áreas da saúde, educação e ensino profissionalizante, moradia, trabalho, previdência e assistência social.
Resolução do Conselho Nacional de Educação n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	2010	Seção II – Educação Especial (Artigo 29 § 1º). Os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das instituições de ensino devem contemplar a Educação Especial em seu currículo, já que esta é considerada como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Pode ser ofertada em classes comuns do ensino regular ou em instituições conveniadas.
Plano Nacional de Educação - Lei n.º 13.005	2014	Meta n.º 4 - Universalizar o AEE para os educandos de 4 a 17 anos que constituem o público da Educação Especial, prioritariamente na rede regular de ensino, visando estabelecer um sistema educacional inclusivo.

Lei n.º 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	2015	“Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”; “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino”; “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino”.
Lei n.º 13.438	2017	Essa lei altera o artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e institui, em seu artigo único, a aplicação obrigatória de protocolo ou de outro instrumento para detecção de risco psíquico a todas as crianças de zero até 18 meses de vida nas consultas pediátricas.

Fonte: Autoria própria.

Diante do exposto, fica evidente que a inclusão está amplamente garantida por inúmeras leis, decretos e políticas públicas, cujas finalidades é garantir o direito de acesso e permanência das pessoas com algum tipo de deficiência ou dificuldades de aprendizagem em escolas regulares e classes comuns. Tais documentos foram necessários devido a um processo histórico de exclusão e segregação em que muitas pessoas não tinham condições adequadas e satisfatórias para construir sua trajetória educacional.

3.1 A Inclusão no IFG: o papel do NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE é resultado do Programa TEC NEC (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas). Teve início no ano de 2000 e com o objetivo de criar espaços de discussões a respeito da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica. O programa esteve vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e à Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP), em parcerias com outras instituições que já atendiam pessoas com necessidades especiais (deficientes, superdotados e com Transtorno Globais do Desenvolvimento).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) foi criado pela Lei n.º 11.892/2008 e tem como missão a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho na perspectiva da emancipação humana. Nesse sentido, o IFG também aderiu ao Programa TEC NEP, elaborando estratégias para atender a todos os estudantes, que, de alguma forma, apresentem dificuldades de aprendizagem.

Segundo a Resolução n.º 30, de 2 de outubro de 2017, do Conselho Superior do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia (CONSUP/IFG), o NAPNE é o setor responsável por articular, na instituição, pessoas e setores, num processo de educação inclusiva e livre de preconceitos. Tem como objetivo principal romper com as barreiras, arquitetônicas, de comunicação, atitudinais e educacionais. Desse modo, ele foi instituído com o objetivo de

garantir a escolarização das pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito do IFG. Para tanto, o núcleo é constituído por diferentes profissionais, entre eles: psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, intérprete de libras, docentes, estudantes e pais, e demais interessados da comunidade.

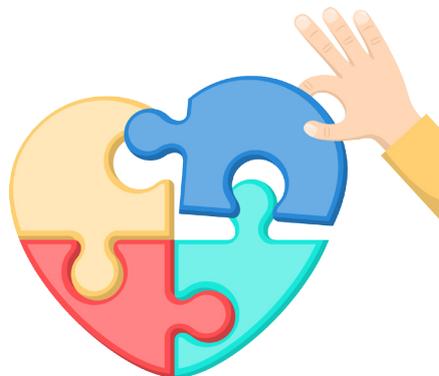


3.2 Atribuições e competências do NAPNE

- Superar barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e comunicacionais.
- Promover atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no câmpus.
- Revisar documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno ou externo.
- Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional.
- Mobilizar os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão.
- Identificar, após período de matrículas, os estudantes que apresentem perfil de atendimentos no núcleo.
- Divulgar o calendário e os horários de estudos em grupo relacionados às ações inclusivas.
- Manter -se atualizados quanto à legislação referente à Educação Inclusiva.
- Assessorar a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, de modo a contemplar a Educação Inclusiva aos discentes.
- Realizar avaliações sobre as necessidades específicas dos discentes.
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes assistidos pelo núcleo, propondo ações que visem contribuir para a melhoria do ensino, simultaneamente com outros saberes institucionais.
- Elaborar, juntamente com docentes, coordenação de curso e chefia de departamento, um programa de atendimento aos discentes com necessidades específicas do câmpus e assessorar os docentes na adequação da metodologia de ensino, avaliações, bem como no uso de tecnologia assistiva.

É importante saber que o NAPNE opera como instrumento para a implementação de políticas para o aluno público da Educação Especial nos IFG. Ademais, busca facilitar o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes.

3.3 Dicas para eliminar barreiras atitudinais na convivência com pessoas com TEA



- Na convivência com pessoas com TEA, é importante ser sensível, observar os sinais. Logo, não exija contato visual. Converse com a pessoa mesmo que ela não demonstre estar prestando atenção no que você fala.
- Busque respeitar o espaço do autista de acordo com a proximidade e o vínculo que lhe for consentido.
- A pessoa com TEA tem dificuldade de interação e comunicação, mas isso não significa que ela não queira ou não possa interagir e participar das atividades sociais. Faça o convite! Procure incentivá-la. Mas, atenção, você pode ajudá-la a se inserir no grupo desde que não exponha suas particularidades sem autorização.
- Para estabelecer contato inicial, busque promover diálogo com algum assunto do interesse da pessoa com TEA.
- Não se assombre quando ela movimentar partes do corpo ou o tronco várias vezes (estereotípias), ou mesmo repetir a mesma palavra várias vezes. Essa pode ser uma tentativa de organizar o próprio pensamento.
- Denuncie atitudes de preconceito e *bullying*. Seja empático/a sempre que possível.



Considerações finais

A inclusão educacional deve ser entendida como uma luta diária, pois, a cada passo dado, percebem-se novas demandas em relação aos espaços e às necessidades deste público. O tema exige um olhar atento e cuidadoso de toda a comunidade escolar, uma vez que a inclusão deve acontecer em todos os espaços e para todos(as), especialmente para aqueles que, de alguma forma, foram excluídos ou impedidos de estudar no tempo considerado ideal.

Diante disso, este material objetiva contribuir para a inclusão educacional no IFG, especialmente dos estudantes com TEA, pois esses possuem características pouco conhecidas ou compreendidas pelo público em geral. Com a exposição da história do transtorno, o diagnóstico, os sinais e sintomas, as intervenções e a legislação, pretende-se trazer à tona uma compreensão desta síndrome a fim de evitar práticas discriminatórias e excludentes.

Assim, partindo do pressuposto da educação como direito de todos, numa sociedade considerada democrática, faz-se necessário um engajamento de todos e todas neste processo de acesso/permanência/êxito à defesa de uma educação pública, laica e de qualidade para todos(as), independente de características físicas ou psicossociais.

Referências

BARBOSA, J. P. S.; PIMENTA, H. F. O autismo no ambiente familiar e a interação família-escola: um estudo de caso. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - CINTEDI, 3., 2018, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9394**, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.



BRASIL. **Resolução n.º 4**, de 13 de julho de 2010. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. **Lei n.º 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2008.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: DOU, 2015.

BRASIL. **Lei n.º 13.438**, de 26 de abril de 2017. Altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Brasília, DF: DOU, 2017.

CONSUP/IFG. **Resolução n.º 30**, de 2 de outubro de 2017. Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Goiás. CONSUP/IFG, 2017.

KANNER, L. (1943/2017). **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. Disponível em: <http://www.profala.com/artautismo11.htm>. Acesso em: 27 set. 2019.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.



SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação:** Transtorno do Espectro do Autismo, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

TEIXEIRA, G. **Manual do Autismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

Imagem: Freepik.com. O conteúdo foi desenhado usando imagens de Freepik.com